



Pág. 10 | Racismo Ambiental e a Marginalização de Comunidades Tradicionais

Pág. 15 | Mulheres e Justiça Ambiental: lideranças femininas do Rio São Francisco contam ao CRESS Minas suas lutas por direitos

Pág. 24 | Cofi Responde: Atuação de assistentes sociais em situações de calamidades públicas



## No Dia dos Povos Indígenas, o CRESS-MG reafirma: defendemos a justiça ambiental para combater a desigualdade social!

*A cacica Célia Ágohó nos recebe em sua aldeia, há 40km de Belo Horizonte, e alerta o papel dos povos originários no combater à crise climática*

Sob o céu cinza, fruto das queimadas criminosas que se deram em setembro passado, em Belo Horizonte, o Conjunto CFESS-CRESS deliberou, durante seu 51º Encontro Nacional que em 2025 o tema pelo Dia da e do Assistente Social seria o “Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas”.

Em função do Dia dos Povos Indígenas, 19/4, o CRESS-MG te convida a refletir o porquê escolhemos como mote dessa campanha, a ideia de que “a gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social!”. Percorra nesta matéria, o território e a história de uma comunidade indígena a 40 km de Belo Horizonte.

Liderada por uma mulher, a Aldeia Katurãma é formada por famílias das etnias Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, e se situa no município de São Joaquim de Bicas. As famílias se tornaram uma comunidade há quatro anos, mas são originárias da Aldeia Naô Xohã que ficava às margens do Rio Paraopeba, no Sudeste Mineiro.



*Célia Ágohó, cacica da Aldeia Katuráma, representa a força da liderança feminina indígena na resistência e reconstrução de territórios e culturas ancestrais.*

Célia Ágohó é a cacica da Aldeia e tem uma trajetória de defender os direitos indígenas de quase quinze anos. Vinda da Bahia, na região de Catité, a sua descendência por parte de mãe se dá justamente dos Pataxós-Hã-Hã-Hãe e por parte de pai, sua descendência é não-indígena, vindo de Peçanha.

“O que me fez dedicar de corpo e alma a essa luta é ser filha de indígena e de não indígena, ou seja, sou filha de dois povos e quero mostrar que podemos ser pessoas com culturas distintas e, mesmo assim, aprender a conviver e a respeitar o diferente”, conta a cacica.

## **Crime ambiental da Vale**

Em 2019, o crime ambiental provocado pela Mineradora Vale, em Brumadinho, atingiu sua aldeia, e seu marido, então cacique, optou por abandonar o cacicado. Embora Célia soubesse que não seriam fáceis os embates contra “os peixes” grandes” da mineração, foi escolhida pela comunidade como a Cacica de Katuráma.

Na época da tragédia, a comunidade residia às margens do Rio Paraopeba e sofreu com a contaminação do afluente, o que afetou suas atividades produtivas e práticas culturais. Além disso, moradoras e moradores ficaram sem água e passaram a ter intoxicações, problemas respiratórios e alergias causadas pelo rio que fora afetado.



*As habitações da Aldeia Katurâma, chamadas de quiijemes, simbolizam a reconstrução de um novo lar após o crime ambiental que afetou o território anterior.*

Para salvar a comunidade, Célia Ágohó liderou um grupo de 30 famílias na busca por um território saudável. Viveram no Bairro Jardim Vitória, Região Nordeste da capital e sobreviviam vendendo artesanato e recebendo um auxílio da mineradora por conta dos crimes cometidos, mas que em 2021, deixou de existir.

Neste mesmo ano, com o apoio da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira (AMCNB), a comunidade recebeu a cessão de uma área conhecida como Mata do Japonês, onde estabeleceu a Aldeia Katurâma. Desde então, as famílias têm se dedicado a proteger e recuperar essas terras, enfrentando ameaças de grileiros.

“Quando chegamos aqui, tinha grileiro queimando, derrubando árvore. Eram carros e mais carros entrando e saindo para explorar a Mata do Japonês. Com a nossa chegada, fica mais evidente e necessário reflorestar a área degradada”, explica a liderança, ciente de que onde tem povo indígena, tem preocupação com o ambiente.

A mata faz parte de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pertencente à AMCNB que negociou com a aldeia um acordo para cessão e compromisso de compra e venda das terras. Haveria doação de 70% do terreno e os 30% adquiridos e quitados futuramente, com recursos que a co-

munidade espera receber da Vale, como indenização para reparar os danos morais e materiais.

Essa concessão beneficiou tanto a associação quanto as e os indígenas, já que a área ocupada vinha sendo invadida por pessoas que faziam loteamentos ilegais e os vendiam a terceiros. O grupo, portanto, liderado pela cacica, foi aos poucos se reerguendo com o necessário à eles e à sua sobrevivência.

## **Patxohã e a preservação da cultura**

Célia vem, ainda, buscando reparação pelos danos causados pelo desastre de Brumadinho através de iniciativas que promovam a cultura e as tradições de seu povo. A aldeia conta atualmente com escola poliglota, onde patxohã, português, espanhol, inglês são ensinadas, e um posto de saúde, refletindo o compromisso da liderança com o bem-estar e a preservação cultural da comunidade.



*Frase em destaque na aldeia Katurãma reforça a importância da alimentação saudável como parte da luta por justiça ambiental e bem-estar da comunidade.*

também a construção de um posto de saúde e casa de medicina tradicional da etnia", que como ela explicou, está sendo construída com o formato de tartaruga por representar um dos animais mais longevos da Terra.

Com o embate contra os grileiros, Célia e seu marido passaram a integrar um programa de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. A cacica compara este cenário de conflitos com o tempos em sua antiga aldeia, e acredita que se houvesse mais justiça ambiental, seria possível viver com mais tranquilidade.

## Melhorias dentro da comunidade

Entre as maneiras de criar no terreno um território indígena, será criado o Centro de Referência para comercializar a produção artesanal e agrícola da aldeia. Além de contribuir para a geração de renda e autonomia, a iniciativa irá auxiliar nas estratégias de inclusão social, preservação ambiental e das tradições culturais.

O espaço será um complexo projetado para garantir a sustentabilidade em recursos hídricos e energéticos, como sistema de tratamento de efluentes, de abastecimento de água, de captação de águas pluviais e o uso de usina fotovoltaica para eficiência energética.

“São muitos planos. Estamos organizando a construção de um museu, com formato de cocar e de uma quadra sintética para a prática de esportes na comunidade”, diz a cacica. Além do acesso a direitos sociais, ela entende que a igualdade social de um povo originário perpassa por ter possibilidades de gerar renda.



*A arte presente na aldeia celebra a ancestralidade e fortalece o sentimento de pertencimento e identidade das famílias indígenas de Katuráma.*

## Crise climática

“Hoje, na cidade em que se situa a aldeia, há um projeto que debate os impactos das mineradoras no meio ambiente e há indígenas da nossa aldeia como do conselho. Faço palestras fora do país sobre a crise climática e mês que vem vou para um dos maiores encontros na Itália para falar sobre esta situação”, conta Célia.

Para a cacica, a sociedade em geral precisa apoiar os povos indígenas e conhecer as aldeias perto de onde vivemos, é um bom primeiro passo para conhecer a realidade dessas populações e perceber que os empreendimentos que acontecem a todo o momento, impactam vidas indígenas, ribeirinhas e também nas urbes.

“Está previsto um empreendimento que irá afetar a bacia hidrográfica que abastece a região metropolitana de Belo Horizonte, a bacia do Rio Manso. Isso vai interferir na nascente que fornece água para a capital e todo seu entorno. E como se vive sem água?”, alerta.

Com a intrínseca relação dos povos originários com a natureza, entendendo-a como sagrada, a cacica reforça. “Quanto mais pessoas entrarem nessa luta, mais a Mãe Terra agradece e mais a biodiversidade desse planeta sobrevive. E o consumismo tem nos matado, se não mudarmos isso logo, será tarde demais”.



# Transparência e compromisso: veja os dados trimestrais da Comissão de Ética do CRESS-MG

A Comissão Permanente de Ética (CPE) do CRESS-MG é regimental e formada por assistentes sociais conselheiras, conselheiros e da base que realizam debates acerca da ética profissional e da sua principal função: a análise das denúncias éticas por violação relacionadas ao exercício profissional de assistentes sociais, garantindo o cumprimento do Código de Ética da Profissão.

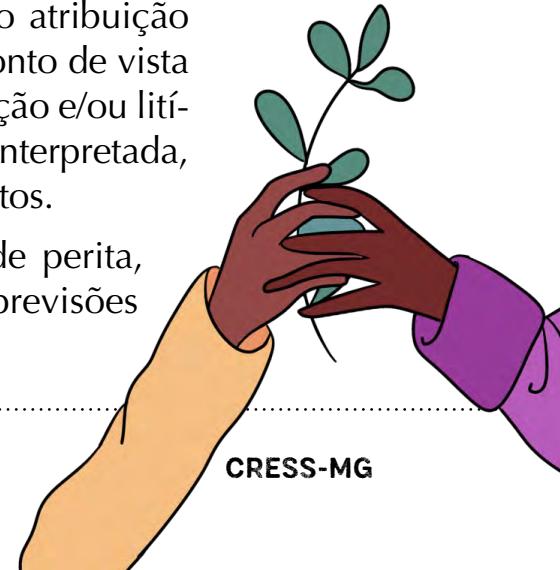
Além disso, a CPE ainda realiza diversas atividades com o objetivo de contribuir para as reflexões éticas acerca do exercício profissional e do fortalecimento da profissão. Nesse sentido, no início de 2025, a Comissão se reuniu para elaborar o plano anual das ações, onde foram estabelecidas atividades e agendas para este ano, ligadas à perícia social e outros temas.

## Perícia social

Entre as ações, está a retomada dos debates sobre o perfil, condições de trabalho e as questões éticas da atuação de assistentes sociais pelo banco de peritos, tendo em vista o aumento de denúncias éticas envolvendo esse campo de atuação. No Serviço Social, a perícia social é requisitada pelo Judiciário sempre que a magistrada ou magistrado avaliar que a decisão sobre o “objeto” de um processo exige opinião técnico-científica de profissional dessa área.

Assim, a perícia social em Serviço Social – enquanto atribuição privativa de assistente social, oferece elementos do ponto de vista da profissão para que as pessoas envolvidas em uma ação e/ou litígio judicial tenham sua realidade social conhecida e interpretada, de maneira a subsidiar o acesso e/ou garantia de direitos.

Ao aceitarem o trabalho profissional na condição de perita, assistentes sociais estão condicionadas a cumprir as previsões



normativas supracitadas, devendo cumprir seu ofício no prazo estabelecido, ancorada nos princípios fundamentais e nos valores éticos profissionais, empregando seus conhecimentos técnicos e toda a sua diligência, para subsidiar a decisão do Juízo sobre a matéria em questão.

Descumprir tais regramentos e condições para a atuação pode levar as e os assistentes sociais peritos a responder pelas condutas aplicadas, em caso de denúncias e decorrido o devido processamento ético.

Dando seguimento às ações para o ano de 2025, a CPE iniciou uma discussão para a criação do projeto, “Observatório da Ética”, a fim de dar visibilidade às ações e dados produzidos durante os processamentos éticos. A ideia dessa ação, que ainda se encontra em estágio inicial, é reafirmar o compromisso da CPE com o debate da ética, divulgando os dados e os serviços prestados para a sociedade.

## **Faça parte do processo de julgamento**

Ainda no campo do planejamento de atividades desta Comissão, tem-se desenvolvido estratégias de mobilização junto a assistentes sociais de base para composição das Comissões de Instrução (CI) do CRESS-MG, responsável por realizar o trabalho de instrução processual da denúncia ética, desde a sua instauração até o julgamento e tem como finalidade apurar os fatos que motivaram a denúncia ética.

A composição das Comissões de Instrução tem sido um dos desafios para o CRESS-MG, que tem criado estratégias para sensibilizar as e os profissionais a contribuírem nas comissões, e dentre as estratégias está a realização no 1º semestre, da segunda edição do Curso de Educação Permanente “A ética no cotidiano do Trabalho de Assistentes Sociais” e o Curso Ética em Movimento na valorização e qualificação do trabalho dessas comissões, que traz a ética como elemento central na atuação profissional e na defesa da profissão.

**Saiba mais como participar das CI.**  
**E a seguir, os dados de janeiro a março:**

- *Dados Gerais do Trimestre*
- *Denúncias protocoladas: 7*
- *Processos arquivados: 0*
- *Processos instaurados: 3*
- *Julgamentos realizados: 0*
- *Oitivas realizadas: 13*
- *Penalidades aplicadas: 0*
- *Processos de Desagravo Público: 4*
- *Processos com Recurso enviados para o CFESS: 1*



# Racismo Ambiental e a Marginalização de Comunidades Tradicionais

Por Thatiele Monic Estevão\*

Este ano de 2025, momento em que o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), é também um chamado à categoria profissional para pensar sobre a invisibilidade climática dos povos e comunidades tradicionais, assim como é uma oportunidade para refletir sobre como este público tem sido marginalizado no acesso a seus direitos, especialmente pela via da política pública.

São comunidades carregadas de saberes ancestrais negligenciados pelo Estado. A luta travada cotidianamente pelos povos e comunidades tradicionais é a luta pela sobrevivência, pelo respeito aos seus modos de vida: ser e fazer. São comunidades em sua maioria com pouca ou quase nenhuma estrutura, atravessadas pela escassez de investimento e devastadas pelos grandes empreendimentos.

Ainda que a esta população seja estabelecido, através da Convenção nº 169 da OIT, que é “direito dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”, este direito e dever do Estado quase nunca é efetivado.

O que presenciamos é o avançar dos grandes empreendimentos dentro destes territórios, impactando não só os modos de vida, como também a identidade cultural. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), 98,2% dos territórios quilombolas brasileiros estão ameaçados pela mineração, por obras de

infraestrutura e imóveis rurais particulares - para além de outros tantos empreendimentos, o que reforça a urgência da demarcação das terras quilombolas e indígenas neste país, assegurando a estes o direito a seus territórios e diminuindo os conflitos e a violência que têm gerado o extermínio dessa população.

São povos e comunidades que possuem em sua essência o manejo sustentável dos recursos naturais, pois sua existência está atrelada também à preservação do meio ambiente, da biodiversidade presente nestes territórios, mas que são os mais vulneráveis e suscetíveis a sofrer os impactos e desastres socioambientais, sejam eles gestados por grandes empreendimentos ou advindos das mudanças climáticas potencializadas também por estes grandes empreendimentos.

No Brasil, estes grupos são reconhecidos pelo Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, entretanto, "os povos indígenas e quilombolas, respectivamente, têm reconhecimento assegurado pelos artigos 231, da Constituição Federal e 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os demais grupos ainda lutam por instrumentos legais de reconhecimento de seus territórios" (MMA, s.d, n.p).

São reconhecidos através destes dispositivos jurídicos 28 segmentos, sendo eles: Andirobeiros, Apanhadores de Sempre-vivas, Benzedeiros, Caboclos, Caiçaras, Catadores de Mangaba, Catingueiros, Cipozeiros, Fundo e Fecho de Pasto, Quilombolas, Extrativistas, Extrativistas Costeiros e Marinhos, Faxinalenses, Geraizeiros, Ilhéus, Marroquianos, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Povo Pomerano, Povos Ciganos, Comunidades de Terreiro/Povos e Comunidades de Matriz Africana, Povos Indígenas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Raizeiros, Retireiros do Araguaia, Ribeirinhos, Vazanteiros e Veredeiros.

No estado de Minas Gerais, através do Decreto nº 48.691 de 15 de setembro de 2023, 17 segmentos de povos e comunidades tradicionais são reconhecidos, sendo eles: Apanhadores de Flores Sempre Vivas, Artesão de Barro e Tecelãs, Caatingueiros, Carroceiros, Congadeiros, Extrativistas, Faiscadores Tradicionais, Geraizeiros, Quilombolas, Pescadores Artesanais, Povos Ciganos, Povos Indígenas, Povos Tradicionais de Matriz Africana, Vacarianos, Vazanteiros, Veredeiros.





Pensar em justiça climática para estes povos e comunidades é pensar também na inserção dos mesmos nos espaços de tomada de decisão, na não violação destes enquanto um povo tradicional e ancestral, é garantir o acesso aos direitos, bens e serviços. É também compreender os atravessamentos do racismo em suas diversas formas e frações dentro destes territórios e para com este povo, compreender, por exemplo, o racismo ambiental enquanto um “mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (MMA, 2001, n.p). Não falamos de manifestações isoladas, e sim de um contexto social e econômico que reverbera em discriminação racial nas políticas ambientais.

A população negra, povos e comunidades tradicionais são afetados de maneiras desproporcionais pelos impactos ambientais, e serão estes os expulsos dos centros urbanos para as encostas, ficando suscetíveis aos deslizamentos de terra, serão os atingidos pelas fortes chuvas e enchentes, pela contaminação e escassez da água, pela lama tóxica que os expulsa de seus territórios, encabeçando a falácia do desenvolvimento sustentável. Quanto mais marcadores sociais acumula esta população, mais vulnerabilizada e marginalizada ela está.

Diante disto, nos cabe refletir se as políticas públicas vêm sendo acessadas pelos povos e comunidades tradicionais e como vêm sendo acessadas. O que nós, enquanto categoria profissional, entendemos sobre os povos e comunidades tradicionais? Como o nosso fazer profissional tem contribuído com a efetivação dos seus direitos? Esses são questionamentos que nos possibilitam compreender não só a direção para a qual a categoria caminha, como também dão abertura para o entendimento da urgência de uma formação continuada.

Há a necessidade de que as especificidades e subjetividade desses sujeitos sejam respeitadas, há uma urgência no entendimento da prioridade de atendimento que os povos e comunidades tradicionais necessitam devido à sua condição de vulnerabilidade e risco social, como, por exemplo, quilombolas, indígenas, ciganos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana. É preciso uma escuta atenta, uma busca ativa, entrar dentro destes territórios e construir juntamente com estes povos e comunidades e não para estes povos e comunidades, compreendendo que omissões e atitudes de diferentes níveis e esferas do Estado também são racismo institucional.

O sentido da atuação profissional e o entendimento da categoria enquanto classe trabalhadora e a serviço de quem a categoria está, se materializa cotidianamente nos atendimentos nos equipamentos, na proposição crítica, na formação continuada, no compromisso com o Projeto Ético Político que dispõe esta categoria. Uma atuação profissional compreendendo os limites e desafios, mas fortalecida pelas possibilidades, propicia o acesso às políticas públicas na perspectiva do direito e não do favor.

## Referências

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8077manifesto-de-lan%C3%A7amntoda-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 11 de abril de 2025.



\* Thatielle Monic Estevão é quilombola, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), mestra em Política Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi presidente da Associação Quilombola Vila Santa Efigênia e Adjacências (Engenho Queimado, Embaúbas e Castro) no biênio de 2018-20 e no quadriênio 2020-24. Foi membra da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT) e integra a delegação brasileira composta por indígenas e quilombolas que representam os povos tradicionais no Caso Inglês Mariana, na corte em Londres. Integra o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir), em Mariana. Chefa do Departamento de Reparação e Promoção da Igualdade Racial no mesmo município.



# **Mulheres e Justiça Ambiental: lideranças femininas do Rio São Francisco contam ao CRESS Minas suas lutas por direitos**

No Serviço Social, o Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, é de grande relevância considerando que 93% da categoria se identifica com o gênero feminino, como indica a pesquisa “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional”, divulgada pelo CFESS em 2022.

E considerando que neste ano, o tema do Dia da e do Assistente Social é “Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas”, trazemos histórias de mulheres que se engajam em protestos e lideram movimentos por direitos e pela preservação ambiental.

Nas margens mineiras do Rio São Francisco, há sempre focos de esperança, de vida e de determinação. Os povos ribeirinhos que ali habitam, enfrentam há vários anos situações de extrema violência por parte de grandes fazendeiros que buscam a expropriação de terras dessas comunidades.

Diante desse cenário, transbordam fortes e resilientes lideranças femininas. Em fevereiro, algumas delas estiveram em Belo Horizonte para um evento promovido pelo Instituto DH, a fim de denunciar o agravamento das ameaças que enfrentam e reforçar a urgência da regularização fundiária e aproveitamos para escutá-las.

As mulheres quilombolas, assim como as demais ribeirinhas, desempenham um papel central na defesa pela terra e pelos direitos territoriais. E o trabalho é árduo e arriscado. Segundo a ONU Mulheres e a Unesco (2023), 75% das defensoras de direitos humanos no Brasil já foram alvo de violência política de gênero, incluindo assédio, perseguição judicial e deslegitimação pública.

Nos quilombos, por exemplo, acumulam múltiplas funções na busca por dignidade para si e para os seus: gerem as comunidades, mantêm o sustento e articulam redes de denúncia e de proteção. Mesmo sob ameaças constantes, lideram processos de resistência, denunciando crimes ambientais e fundiários e organizando a permanência nos territórios.

O evento promovido pelo Instituto DH no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas de Minas Gerais (PPDDH-MG), é uma das formas de fortalecer medidas de proteção e ampliar a visibilidade das lutas territoriais diante do avanço da mineração, do agronegócio e de outras maneiras de exploração e de apagamento dessas populações.

A luta dessas comunidades está diretamente relacionada a temas estruturais que atravessam o Brasil: o avanço predatório da mineração, a degradação ambiental acelerada e o racismo ambiental que impede que populações quilombolas e ribeirinhas tenham acesso a direitos fundamentais.

Vamos contar, então, um pouco da história de Enedina Santos e Marinalva Mendes. Para essas mulheres, o Rio São Francisco não é apenas um corpo

d'água: “Ele é nosso pai, nossa mãe, nosso tudo”, define a liderança. A relação com o território vai além do físico, “nossa casa não é só onde dormimos. É toda a mata, a água, o ar.”

Mesmo poluído por esgotos, barragens e mineração em muitos de seus pontos, o rio segue sendo fonte de vida, criando gerações e sustentando práticas ancestrais. “O São Francisco já criou minha avó, minha mãe, me criou e está criando minhas filhas”, complementa Enedina.

## **Crises ambientais e exploração de terras**

O rio São Francisco é um curso de água inteiramente em território brasileiro, sendo o quarto maior rio do Brasil e da América do Sul. Passa por cinco estados e 521 municípios do país, iniciando seu percurso no estado de Minas Gerais, atravessando a Bahia, Pernambuco e entre Sergipe e Alagoas para, por fim, desaguar no Oceano Atlântico.

A crise ambiental, porém, avança e afeta a vida ao longo de todo o São Francisco: desmatamento e grilagem ainda o ameaçam. Marinalva descreve: “Tentamos não deixar desmatar, degradar a beira do rio, porque o São Francisco é nosso sustento, se você chegar num espaço que tem uma comunidade e fazenda próximos, você verá que do lado deles será só pasto, e as comunidades estarão preservadas”.

As consequências da degradação ambiental são visíveis no cotidiano. Segundo elas, a extração de areia, por exemplo, tem provocado a degradação nas margens do rio, enquanto a falta de fiscalização permite que grandes empreendimentos avancem sobre áreas preservadas. Além disso, as queimadas, muitas vezes iniciadas por grileiros, tornam o território ainda mais vulnerável.

Enedina complementa: “Os danos ambientais são imensos, na terra, na água e no ar, e o que traz mudanças climáticas é o que todos os seres humanos cometem, poluição, retiradas de minérios, se não desenvolvemos consciência para cuidar do meio-ambiente, não teremos onde morar, e ninguém terá também. O mundo onde vivemos hoje, em si, pode não acabar, mas a raça humana pode.”

## Violência e resistência feminina

A luta pelo território tem um custo alto. As ameaças de morte são constantes. Enedina e Marinalva relatam que há anos são perseguidas por fazendeiros e seus intermediários. A presença de policiais nos territórios é uma realidade que assusta, mas não as faz recuar.

“Nós somos ameaçadas 24 horas por dia”, revela Enedina. Além das intimidações diretas, há tentativas de nos criminalizar: “Eles acusam a gente de invasão, sendo que estamos lutando por terras que sempre foram nossas”. E completa, “é uma luta constante de convencer os fazendeiros que eles tem práticas irresponsáveis”.

Mesmo diante da violência, essas mulheres seguem firmes na liderança de suas comunidades. Quando questionadas sobre o impacto de serem mulheres à frente dessas lutas, elas explicam que a postura firme tem sido essencial. “Se a gente não for firme dentro da comunidade, não irão respeitar.”, diz Marinalva.

Por outro lado, Enedina, por exemplo, diz que não sente diferenças no tratamento por serem mulheres em postos de liderança, “geralmente, quando é homem já se vai para o confronto, com a mulher, às vezes gera-se um receio em um primeiro momento.”

Isso não quer dizer que a violência não existe, seja de jagunços, fazendeiros, policiais, segundo as lideranças, muitos são aliciados, e se juntam a força militar e até mesmo de advogados para exercer pressão sobre as comunidades e lideranças ribeirinhas.

“Fomos sim ameaçadas de morte, e isso até hoje nunca parou, tanto diretamente, quanto indiretamente, por exemplo, por recados. Isso desde 2013 pra cá” conta Enedina, e Marinalva completa: “Querendo ou não estamos ameaçadas 24h por dia, fisicamente e psicologicamente”.

A resistência, ainda sim, não ocorre isoladamente. Elas contam com o apoio de organizações como o Instituto DH, Conselho Pastoral dos Pescadores, o Conselho Pastoral da Terra e o Ministério Público Federal. “Se não fossem esses parceiros, a gente já tinha sido tirada à força das nossas terras”, afirmam.

## **A falta de ação do Estado**

Apesar da gravidade da situação, as lideranças não veem no Estado um aliado confiável. Segundo elas, a Polícia Militar frequentemente age em favor dos fazendeiros, dificultando o registro de denúncias e ignorando crimes cometidos contra as comunidades.

“Se você vai fazer um boletim de ocorrência, fica lá das sete da manhã às quatro da tarde para conseguir, isso se conseguir”, denuncia Marinalva. Além disso, como, segundo as lideranças, essas forças do Estado podem ser corrompidas, muitas vezes ouvem da própria polícia, que estão mentindo.

Mesmo com as dificuldades, elas acreditam que a luta deve continuar. A defesa do território não é apenas uma questão política, mas de sobrevivência. Além disso, fica evidente a possibilidade do uso das forças militares como uma milícia pessoal de grandes proprietários de terras.

“Lancem suas redes nas águas profundas”, segundo Enedina essa frase de uma das moradoras, e também lideranças da comunidade se traduz como um pedido por continuar lutando, e isso se mostra na história dos últimos anos, em 2013 as terras que eram de direito histórico da comunidade começaram a ser reocupadas.

Enedina conta, ainda, que é muito importante que qualquer tipo de pessoa e comunidade entenda os seus direitos, explicando que, os habitantes de comunidades que não se dão conta dos seus direitos, são mais facilmente explorados, e esse foi um dos motivos de, a partir da última década, começar pela busca pela titulação de terras da sua comunidade.

***Com informações: Instituto DH.***

# Com a atuação de assistentes sociais, Ribeirão das Neves traz o exemplo exitoso de ações preventivas e emergenciais diante do caos gerado pelas chuvas fortes

As mudanças climáticas acentuam desigualdades já existentes em territórios marcados por violações de direitos. Em Ribeirão das Neves, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, marcado por alto índice de pobreza, os efeitos das chuvas intensas atingem de forma mais severa as populações em situação de vulnerabilidade: realidade comum em todo o país.

Neste ano, o Conjunto CFESS-CRESS promove como tema do Dia da e do Assistente Social, o “Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas”. Além disso, traz-se de mote a ideia de que “a gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social!”, evidenciando o importante papel que assistentes sociais podem desempenhar nessa área.

Famílias que vivem em locais de risco, incluindo mulheres, crianças e adolescentes, além de pessoas em situação de rua, pessoas idosas e pessoas com deficiência compõem um cenário que exige respostas integradas do poder público e, neste sentido, assistentes sociais estão na linha de frente desse enfrentamento, como acontece nos centros urbanos com crescimento desenfreado.

Atuando como superintendente da Proteção Social Especial da Prefeitura de Ribeirão das Neves, a função do assistente social Robenval Soares se situa nos equipamentos da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e sua responsabilidade está direcionada a serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e nos acolhimentos institucionais de execução direta por meio de parcerias com instituições da Rede Socioassistencial.



*Para Roberval, o trabalho efetivo em rede e intersetorial é fundamental na atuação em situações de calamidade.*

de levar informação para famílias que moram em áreas de risco, explicando o que é alagamento, inundação, deslocamento de talude. A ideia era que ficassem atentos e alertas durante os meses chuvosos ”.

## Trabalho nos territórios

A cidade-dormitório de Ribeirão das Neves, segundo o profissional, foi ocupada de forma irregular, em regiões com pouca infraestrutura, contribuindo para agravar os impactos climáticos das fortes chuvas. No plano de contingência, está prevista a função de cada secretaria e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, em que Roberval atua, é a que mais

Com suas vivências profissionais, Roberval compartilha uma experiência positiva de ações de prevenção diante das fortes chuvas, realizada em 2023, em dois equipamentos no município e que ocorreu em parceria com a Defesa Civil Municipal, com o objetivo de alertar moradoras e moradores de locais com riscos de acidente.

“Nos períodos de seca, fizemos ações através dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) que estão mais no território, a fim

articula com as ações da Defesa Civil, pois durante o período chuvoso, as ações junto às comunidades afetadas devem estar alinhadas.

Assim, a atuação de assistentes sociais em situações de emergência envolve desde o acolhimento imediato de famílias desalojadas até a articulação com outras políticas como Saúde, Educação, Segurança Alimentar e a Rede Socio-assistencial. Em Ribeirão das Neves, os atendimentos às famílias e indivíduos afetados pelas chuvas, são realizados por meio das equipes técnicas dos serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, que atuam com base no Plano de Ação elaborado por essa Secretaria.

Durante o período chuvoso, equipes desses equipamentos são acionadas para identificar famílias que foram encaminhadas aos abrigos temporários e viabilizar a concessão de benefícios eventuais como por exemplo, o auxílio-moradia quando necessário. Em muitos casos, o atendimento parte de um diagnóstico realizado pelas equipes técnicas, que após a coleta de todas as informações, realizam os encaminhamentos necessários de cada caso.

Nesse contexto, a formação acadêmica de assistentes sociais, possibilita a escuta como ferramenta de trabalho junto das pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidades sociais. “A realidade dessa população só será alterada a partir do momento que, de fato, consigamos agir de maneira intersetorial, porque a família que busca ser atendida na política de Assistência Social, em geral, será a mesma que vai buscar atendimento do equipamento público de Saúde, de Educação pública e por aí vai. Então, é preciso trabalhar de forma integrada”, sublinha o profissional.

## **Construindo respostas coletivas**

“O trabalho em rede é o que mais se discute, no entanto, é mais fácil na teoria do que na prática. O que nós mais prezamos aqui na Secretaria é o trabalho intersetorial, é algo muito necessário, é o maior desafio aqui em Ribeirão das Neves”, avalia o assistente social.

Robenval pontua, ainda, que os municípios precisam investir, qualificar e ampliar as equipes da Defesa Civil. Entende que é necessário incluir profissionais de diversas áreas, como Engenharias, Geologias e Serviço Social, para fortalecer os planos de contingência. “Somos profissionais capazes de fazer a escuta, entender as vulnerabilidades e garantir que o atendimento seja mais humanizado e eficiente”, pondera.

A escuta qualificada das populações impactadas, o reconhecimento da interdependência entre as políticas públicas e a atuação em rede são elementos centrais para responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. E que envolve, não só as chuvas intensas, como as ondas de calor e até mesmo crises sanitárias como as vividas durante a pandemia da Covid-19.

“Conseguirmos fazer uma leitura do território no período de seca, mapeando ONGs, escolas e igrejas, facilita a interlocução na hora da emergência, pois quando uma família precisa sair de casa rápido, se você já conhece aquele território, é possível que ela permaneça ali com os seus laços comunitários, causando menos sofrimento para esse núcleo familiar”, comenta.

O tema ainda é pouco abordado nas formações acadêmicas da área e mesmo na atuação profissional. “Nunca vivenciei na prática ou no período de formação um debate sobre a implicação do Serviço Social na emergência climática. É um assunto que precisa voltar à pauta das universidades e dos espaços de formação, até para o trabalho profissional, pois está presente em nosso cotidiano”, defende.

## COFI *responde*

### **Atuação de assistentes sociais em situações de calamidades públicas**

Para tratar do trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades é necessário buscar suas raízes e compreender que estas situações não se tratam de “desastres naturais”, eventos isolados, inesperados, casuais, descolados da sociabilidade burguesa. São resultantes do modelo de acumulação capitalista, da lógica de exploração da classe trabalhadora e dos recursos naturais necessários para a acumulação do capitalismo. São resultado, consequências de interesses econômicos e políticos. Calamidades são frutos de desigualdades sociais produzidas e reproduzidas historicamente.

#### **1. Qual é a base constitutiva para a intervenção da e do assistente social em situações de calamidades?**

Não somente em casos de calamidade, mas em qualquer espaço sócio-ocupacional, São constitutivas para a base de intervenção da e do assistente social, a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93, o Código de Ética Profissional e as Resoluções do CFESS.

#### **2. Quais são as previsões do Código de Ética sobre a questão de calamidades públicas?**

O Código de Ética, no artigo 3º, alínea d, que trata dos deveres da e do assistente social, prevê à categoria “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” e ainda, o compromisso com os serviços prestados à população.

Já o artigo 5º traz que são deveres de assistentes sociais em suas relações com a população usuária, garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões desse público, mesmo que sejam contrárias a valores e crenças individuais das e dos profissionais, resguardados os princípios deste Código.

E além disso, o documento preconiza como dever das e dos assistentes sociais democratizar as informações e o acesso a programas disponíveis no espaço institucional, como mecanismo indispensável para que a população usuária esteja em alerta e participe desses processos.

### **3. De que forma a categoria contribui com a população através de seu conhecimento técnico?**

Como em qualquer outro contexto de atuação, assistentes sociais contribuem orientando a população sobre seus direitos e, neste contexto, viabilizando serviços e benefícios, contribuindo para restabelecer vínculos entre familiares que, ao serem resgatadas, podem ser acolhidas em locais distintos.

Além disso, a atuação profissional em situações como esta se relaciona com a gestão dos abrigos, com a organização de atividades e a contribuição na gestão da emergência, definindo objetivos, identificando responsáveis pela coordenação das ações e no estabelecimento de fluxos.

### **4. Quais são os principais desafios enfrentados pela categoria nos momentos de demandas emergenciais de calamidades?**

Nessas situações de emergência, é comum que sejam feitas ações fragmentadas, focalizadas e sem continuidade, que podem ocorrer nos espaços de trabalho vinculados à Defesa Civil e nas respostas construídas via Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Esta situação também ocorre nas frentes construídas pelos municípios, envolvendo os serviços em que a categoria está inserida para o atendimento às famílias, como na retirada da população das áreas de risco e no cadastramento de famílias para conceder benefícios e na gestão de abrigos e donativos.



É preciso, ainda, estar alerta para o imediatismo da intervenção profissional que resulta no despreparo da equipe, a ausência de qualificação, a falta de planejamento e direcionamento. Desta forma, assistentes sociais são chamadas para atuar só no momento da emergência, e não para atuar e planejar no pós calamidade. Não participam da elaboração dos projetos, programas. As ações são fragmentadas com ênfase em dar respostas imediatas.

Há, ainda, a dificuldade da categoria em apreender a necessidade de Construção de Projeto profissional de trabalho e qual é o lugar da teoria e das normativas do Serviço Social como forma de subsidiá-la em todas as ações. Outro desafio é o de defender a continuidade das ações, visando enfrentar a realidade vivenciada também após o momento de emergência.

## **5. Que orientações éticas e práticas são consideradas indispensáveis para a intervenção de assistentes sociais em situações de calamidade?**

É preciso se atentar para as atribuições previstas na Lei que Regulamenta a profissão, pois direcionam o que fazer e evitam as requisições indevidas oriundas do poder público e de outras categorias profissionais.

Organizar atividades, definir objetivos, identificar responsáveis pela coordenação das ações e estabelecer fluxos também são importantes, assim como unificar e publicizar informações por meio de uma comunicação eficaz e didática.

### ***Fique por dentro dos dados da Orientação e Fiscalização em Minas Gerais no primeiro trimestre de 2025 (janeiro, fevereiro e março):***

- Rodas de conversa on-line: 11
- Assistentes sociais contempladas e contemplados nas rodas de conversa: 127
- Atendimentos por e-mail: 374
- Atendimentos por telefone: 323
- Visitas de orientação e fiscalização: 101
- Profissionais contempladas e contemplados: 144
- Fiscalizações em campos de estágio: 127
- Trabalhos educativos com instituições de ensino superior: 1
- Lacrações e deslacrações: 7
- Editais fiscalizados: 61

Compreender que as ações são de caráter profissional e não de cunho voluntário, imediatista, enaltecidas de valores pessoais, religiosos, compaixão e generosidade, em detrimento dos valores éticos-políticos profissionais previstos no Código de ética.

Para além da execução da política pública em que atua, a assistente social deverá ser propositiva e não subalterna. Realizar análise crítica para avançar no exercício profissional em uma concepção ampliada no campo de atuação de calamidades.

É necessário, ainda, reconhecer a relevância da intervenção profissional do Serviço Social nas ações pós calamidades, contribuir nos espaços de planejamento, assessoria, avaliação de programas e projetos, contribuir na elaboração de planos diretores, processos de regularização fundiária, gestão de terras, na construção de moradias populares, educação ambiental crítica, mobilização popular. Análise de erros, acertos, limites e possibilidades para aperfeiçoamento de protocolos já existentes.

Assim como apreender as normativas como referência para o exercício profissional para, no momento da emergência, evitar indagações como: o que fazer, quais são as reais atribuições profissionais e a quem recorrer. Finalmente, é indispensável evitar assumir funções e atribuições requisitadas e delimitadas por outras profissionais, ou seja, “Requisições Indevidas”.

No seu cotidiano profissional, tem algum assunto que desperta dúvidas suas e de seus colegas assistentes sociais? Mande sua sugestão de tema a ser abordado aqui no Cofi Responde pelo e-mail [imprensa@cress-mg.org.br](mailto:imprensa@cress-mg.org.br).



Conselho Regional de Serviço Social de Minas Geraes | Gestão “Lutar quando é fácil ceder: unidade e resistência na defesa do projeto ético político”. (2023-2026) | Boletim Trimestral Conexão Geraes, ano 9, n. 29 | Janeiro, fevereiro, março e abril de 2025. | Realização: Comissão de Comunicação